



Seminario Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"
Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

MEGA-PROJETOS ECONÔMICOS E DINÂMICAS DA FRONTEIRA: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS (AMAPÁ – BRASIL, SANTA CRUZ E TERRA DO FOGO – ARGENTINA)

ALEJANDRO FABIAN SCHWEITZER²

LUIS REBELO PORTO JADSON³

RONI MAYER LOMBA⁴

RESUMO

O trabalho é uma pesquisa de pós doutorado realizado na Argentina desde abril de 2018. Objetiva analisar o impacto dos recentes projetos de desenvolvimento apresentados em duas regiões da fronteira sulamericana, um estado do Norte da Amazônia e o Sul da Patagônia e a concepção dos movimentos de defesa do território diretamente afetados. Embasado no materialismo dialético, na acumulação por capitalização e espoliação percorremos ambos espaços fronteiriços entrevistando envolvidos em coletivos e suas percepções. Conclui-se que historicamente a fronteira continua concebida no ideário de espaços vazios, a imposição dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. No Amapá a organização social tem sido um pouco mais efetiva frente a expansão recente do agronegócio, do desmatamento, do impacto da criação de represas para geração de energia e defesa dos povos originários, fatos que possibilitaram alguns avanços (mesmo tímidos). No sul da Argentina, a razão de escasso povoamento e urbanização mais intensa faz com o que os coletivos sejam mais frágeis, em muitos casos relacionados a defesa ambiental, conseguiu lograr raros exitos. Soma-se isso o forte papel do setor público como grande fonte empregadora e a possibilidade de geração de algum trabalho nas atividades extrativas, tem esvaziado os movimentos socioterritoriais locais. Assim também explica o nebuloso processo recente de valorização da natureza pela expansão dos Parques Nacionais a partir de investimentos estrangeiros em áreas de grandes fontes de recursos (minerais, aquíferos e outros).

Palavras chaves: fronteira; mega projetos de desenvolvimento; conflitos socioterritoriais.

² Alejandro Fabian Schweitzer. Tutor e investigador do CONICET/UNPA y CLACSO.

³ Luis Rebelo Porto Jadson. Co-tutor e investigador da UNIFAP y CLACSO.

⁴ Roni Mayer Lomba. Pós-doutorando e becario pelo CONICET/Universidad Nacional de La Patagonia Austral-UNPA; docente/pesquisador da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. E-mail: ronimayer@hotmail.com



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

INTRODUÇÃO

Essa proposta de análise remete uma investigação em nível de pós-doutorado (em fase de construção) na Argentina entre 2018 até 2020. O objetivo é o de analisar o papel dos grandes projetos de desenvolvimento estabelecido em ambas às regiões, a forma como sendo inseridos no espaço e como são compreendidos criticamente pelos movimentos e/ou coletivos sociais. Compreende-se que desde o processo de suas definições territoriais tanto da Patagônia quanto da Amazônia, a narrativa dos espaços vazios foi relevante e continua sendo utilizada para impor projetos de grandes escalas de acumulação (gerando conflitos sociais e ambientais). Utilizamos a ferramenta de entrevistas orais para compreender tal realidade, focado especialmente nos grupos atingidos por conflitos e organizações coletivas. No atual momento, tanto o Amapá quanto Santa Cruz são conceituados como espaços periféricos e distantes dos centros de decisões políticas nacionais em seus respectivos países, porém com importância estratégica quando pensado em termos de exploração e seus recursos naturais e de trabalho, ou seja, baixo custo e elevado valor comercial. Percebe-se que os direitos civis da sociedade são constantemente negligenciados e a mesma é pouco envolvida em momentos de criação e consolidação de algum grande projeto (destacamos aqueles relacionados a: mineração, energia, alimentos, produtos florestais, áreas protegidas, etc.) e os grupos organizados são constantemente negligenciados e marginalizados como meros críticos contrários ao desenvolvimento econômico. Compreendemos porém que tais grupos sociais são relevantes por se

comportarem como uma contra-hegemonia não somente pela crítica ao modelo capitalista proposto, mas por interferir em elementos vitais a vida humana que são constantemente negados.

O AMAPÁ E SANTA CRUZ COMO ESPAÇOS PERIFÉRICOS NA EXPANSÃO GLOBAL DO CAPITAL

A pesquisa aqui realizada demanda alguns fatores: nossa relação com o objeto de investigação remonta alguns anos de envolvimento junto aos movimentos camponeses e povos tradicionais no Amapá relacionado aos conflitos pela terra/território que conforma uma teia de grupos interessados pelo tema e relaciona não apenas a garantia ao acesso a terra ou regularização fundiária, mas também a discussão socioambiental, formas de desenvolvimento e críticas aos grandes projetos econômicos capitalistas e seus efeitos. A aprovação do projeto de pesquisa pelo CONICET foi a possibilidade encontrada para a realização da investigação, que nesse caso, se firmou a partir da relação e conflitos existentes no Amapá (Amazônia brasileira) e Santa Cruz (Patagônia sul argentina).

O grande desafio no caso foi a construção de uma análise sobre os processos do avanço do capital (mundialização do capital) e dos movimentos de resistência (socioterritoriais) em ambas as regiões apresentadas realizando estudos tanto comparativos, mas também críticos num debate que envolve o papel do território, da sociedade sul-americana, da fronteira e do que compreendemos por desenvolvimento.



Seminario Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

Nesse desafio proposto, o de analisar duas regiões geograficamente distantes (uma fração do norte e do sul do continente sulamericano) impôs duros processos de reflexão tendo em vista a maior experiência em uma região, no caso, o Amapá e a quase inexistência na outra, a Patagônia Sul, uma metodologia de análise difícil. Ao avaliar o processo histórico de apropriação do capital em ambos os territórios, encontramos categorias que poderiam subsidiar tais análises: o constante processo de incorporação das fronteiras desses países (Brasil e Argentina) ao capitalismo mundial com a produção de matérias primas e formas de exploração do trabalho baratas e o discurso (do Estado e do Capital) em ocupar "áreas vazias", seja nas famosas frases "espaços vazios" durante os governos militares no Brasil, e na "conquista/campanha do deserto" patagônico realizado pelo Estado argentino e chileno com apoio direto de capitais estrangeiros (britânicos).

Compreendemos que essas categorias foram importantes para o processo de "conquista" dos territórios frente aos povos originários e continua sendo usado para novas e intensas formas de usurpação das riquezas naturais e da apropriação da mais valia. Em Chesnais (1996) com o conceito de mundialização do capital, enseja uma revisão do termo globalização, entendendo como os capitais controlam e reinventam as dinâmicas territoriais para capitalização. Promovem o desmonte de políticas de bem estar e a orientação do Estado no contexto neoliberal, no desempenho de empresas mundiais que controlam e definem preços de commodities minerais e agrícolas cotizados em dólar na bolsa de valores norte-americana, terminam por

gerar a acumulação econômica de um lado e a barbárie em outro.

Com Moore (2017) há uma crítica ao conceito de antropoceno que desqualifica a relação humana com a natureza via modernidade, sua necessidade crescente de produção de matérias primas baratas que culminam com crise ecológica. A crítica ao capitalismo, "*... e suas relações de condução têm, de facto, dirigido a violência horrível para a vida humana*" (2017, p. 4). Apontando para o conceito de capitaloceno, "*um sistema que não só acumula capital, mas leva à extinção*" (2017, p.4). O capitaloceno (a era do capital) se faz pela profunda capacidade mediante a revolução tecnológica em produzir/apropriar matérias primas baratas, envolve fontes de energia, alimentos, minérios e trabalho. O resultado desse processo é a crise ambiental que convivemos.

Em Silva (2018) e Harvey (2013) nos apropriamos dos conceitos de acumulação primitiva e espoliação. Silva (2018, p. 18) descreve a tese que a "*acumulação expandida (apropriação da mais-valia), e a acumulação por espoliação conformam historicamente um par dialético*". Embasado em Žižek, Silva (2018, p. 55) afirma: "*o capitalismo se propaga por todo o mundo, ocupa e se apropria de todos os lugares. Contudo, nega a contradição, quando não reconhece que o sistema capitalista sobrevive pela presença de outras formas de produção, não se estabelecendo como sistema puro. Mesmo que se adapte e penetre em várias civilizações, não produz um sentido global que possa ser denominado de civilização capitalista, do contrário, destotaliza o sentido*".

A análise de Silva nos demonstra a contradição capitalista, não produz o globalismo da acumulação expandida



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

como divulgado, mas recria relações não capitalistas de exploração a partir do trabalho e da mais valia. A disputa entre o agronegócio e o campesinato é retrato desse par dialético.

Em Harvey (2013, p. 119), com o conceito de acumulação por espoliação refere-se: *"Na linguagem da teoria política pós-moderna contemporânea, poderíamos dizer que o capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio "outro". A idéia de que algum tipo de exterior" é necessário à estabilização do capitalismo tem por conseguinte relevância. "Mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não capitalistas ou algum setor do capitalismo como a educação—que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente"*.

Assim, a acumulação por espoliação deve ser vista necessariamente pela recriação do outro, ou seja, no espaço geográfico tanto a reprodução expandida moderna em alguns pontos do planeta, de outro, a espoliação como a barbárie e todos mecanismos possíveis de exploração de generos baratos (matérias – primas e trabalho) para fins de reprodução do capital, se valendo inclusive de formas repressivas, como políticas imperialistas em algumas partes do mundo.

É nesse paradigma que analisamos o norte da Amazônia, no caso, o Amapá no Brasil e o sul da Patagônia Argentina (Santa Cruz), como espaços globais de acumulação periférica. Ambos espaços serviram e servem nos últimos 100 anos como formas estratégicas de acumulação.

Os discursos de *"espaços vazios"* existiram e continuam presentes para permitir a acumulação primitiva e a espoliação. Na Patagônia, as forças repressivas militares em sua *"Conquista*

do Deserto" aliado ao projeto econômico financiado pela Inglaterra permitiu a tomada do território Mapuche e Tehuelche e sua destinação para implantação da pecuária ovina no final do século XIX e início do XX. Os indígenas, expropriados da terra, suas formas de vida e cultura, aqueles que lograram sobreviver, foram transformados em força de trabalho de baixo custo nas estâncias e cidades e se juntavam aos novos migrantes camponeses pobres vindos da Europa, nesse momento, uma região basicamente envolvida na produção de lã, pele e secundariamente a carne, absorvida pelo monopólio britânico para abastecimento do moderno mercado industrial têxtil europeu em sua primeira fase de industrialização.

Da mesma forma a Amazônia, com a delimitação e ampliação das fronteiras, a formação do latifúndio extrativo para atendimento do mercado europeu se fez com base na expulsão do território indígena e no incentivo da migração de força de trabalho barata do nordeste, permitindo a reprodução ampliada a partir da espoliação (trabalho cativo de aviamento). Nasce, em ambos espaços periféricos do capital a figura do peão (trabalhadores desprovidos de quaisquer direitos), uma relação de trabalho análogo a escravidão e rentável ao grande capital. Em ambos casos, a acumulação primitiva/espoliação e a reprodução ampliada formam o par dialético.

Tanto a pecuária ovina quanto a exploração dos produtos florestais na Amazônia sofreram fortes crises em decorrência da mudança geopolítica e econômica. A crise da pecuária ovina esteve condicionada a: introdução dos territórios australianos nesse circuito de produção têxtil promovendo baixa dos preços, problemas ambientais com



**Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

exaustão da terra para pastoreio e mudança do padrão têxtil com a utilização de fibras sintéticas. No caso amazônico, a extração da borracha, primeira atividade econômica de escala sofre forte revés com a introdução de territórios asiáticos na circuito da produção e com participação inglesa, aumenta a escala e reduz significativamente os preços, tornando economicamente inviáveis.

No entre e pós guerras novas potências econômicas emergem e outras perdem *status*. O poderio inglês no início do capitalismo industrial integrou boa parte do planeta a sua esfera de atuação imperialista. Especialmente pós Segunda Guerra, a hegemonia capitalista passa a ser assumida pelos Estados Unidos gerando outra orientação produtiva e territorial. Na Patagônia, com a expansão da demanda por combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) para abastecimento de indústria que crescia internamente, torna a província de Santa Cruz em importante fornecedora. No caso Amapaense, a descoberta de jazidas de manganês, sua exploração e exportação para o mercado norte americano orientou a dinâmica regional entre os anos 1960 a inícios dos 1990.

Ambos espaços foram também Territórios Federais. Santa Cruz entre 1884 a 1955 estabelecia-se como zona militar com fins de definir e garantir o interesse argentino nas fronteiras. O Amapá assim se constitui como entre 1943 ate 1988, também com a justificativa militar de resguardar fronteiras. Em termos econômicos a presença do Estado representava garantir os interesses econômicos (extrangeiros) privados: a pecuária ovina em Santa Cruz e a mineração no Amapá. Tal presença interventiva do Estado influencia diretamente no tecido

social de ambos. Na imagem a seguir demonstramos as principais transformações territoriais em ambos.

Imagem 1
Santa Cruz - Argentina



Em tempos mais recentes, as atividades extrativas (minerais e energética) ganharam mais destaque assim como a revalorização da natureza. Em Santa Cruz destacam-se a manutenção da exploração de hidrocarbonetos (carvão, petróleo e gás), mineração (ouro, prata etc), exploração pesqueira na costa atlântica, construção de represas para aproveitamento hidroelétrico do Rio Santa Cruz, a ampliação de áreas protegidas (Parques Nacionais) e sua requalificação para o turismo além da estrangeirização de terras. No Amapá, as atuais atividades predominam: mineração, florestas cultivadas, represas hidrelétricas no Rio Araguari e Jari além do início de exploração de terras para o agronegócio da soja. Somam-se a isso, cerca de 70% do território destinados a áreas protegidas que, pouco foram discutidas na sociedade, possuem fraca fiscalização e apresentam incidências de conflitos. Tais condições colocam tanto o Amapá quanto Santa Cruz em situação de espaços estratégicos para exploração de recursos, áreas demarcadas para preservação e conquentemente conflitos como buscamos apresentar nas imagens a seguir.



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

energia e os canais de escoamento da pujante produção agropecuária e mineral do país diante desta conjuntura internacional favorável aos termos de troca da balança comercial brasileira" (2017, p.60).

Segundo Svampa *"Desde tiempos de la conquista, los territorios latinoamericanos han sido coto de destrucción y de saqueo. Rica en recursos naturales, la región se fue reconfigurando una y otra vez al calor de los sucesivos ciclos económicos, impuestos por la lógica del capital, a través de la expansión de las fronteras de las mercancías; una reconfiguración que a nivel local conllevó grandes contrastes entre rentabilidad extraordinaria y extrema pobreza, así como una gran pérdida de vidas humanas y de degradación de territorios, convertidos en áreas de sacrificio"* (2019, p. 16).

Se o capitalismo opera de forma quase hegemônica e com poder para impedir maiores formas de contestação, temos por outro lado os movimentos sociais que sistematicamente vem questionando tais condições promovendo, contudo uma contra hegemonia.

No Amapá os movimentos sociais que tiveram maiores destaques foram os extrativistas que durante a década de 1980 por meio da luta contra a expansão da agropecuária capitalista conseguiram em parte o reconhecimento dos direitos com a criação de reservas extrativistas. Os indígenas lograram reconhecimento a partir da homologação de terras ancestrais na Constituição Federal de 1988. A Comissão Pastoral da Terra, movimento social ligado a Igreja Católica está presente desde finais dos anos 1970 iniciando suas ações na defesa do campesinato pelo resguardo a terra, suas primeiras ações foram o questionamento da expulsão da terra de

camponeses frente ao projeto AMCEL, aos conflitos existentes em áreas limítrofes ao Pará entre camponeses e madeireiros e recentemente a temática das denúncias de irregularidades relacionados a expulsão de camponeses, quilombolas e ribeirinhos, ações essas que somaram-se a constituição do Movimento de Atingidos por Barragens contrários tanto a expansão do agronegócio de grãos e da construção de barragens de usinas hidrelétricas. Outro movimento recente também importante foi a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade que debate essencialmente a demanda por reforma agrária. O Amapá, como analisamos a campo tem se tornado espaço privilegiado para expansão de grandes projetos capitalistas (minerais, energéticos e agronegócio) e há uma resistência relativamente estruturada que vem questionando o projeto hegemônico.

Em Santa Cruz, percorrendo as diversas municipalidades observa-se um campo demasiado esvaziado. A Campanha do Deserto desde principio logrou conseguir repassar as terras públicas para mãos privadas, quase sempre em grandes extensões de terras superiores a 10.000 ha. A esse fato soma-se a opção por uma forma de trabalho (peonagem assalariada) quase sempre temporária que não se estabelece no campo como as tradicionais formas camponesas. Assim, a crise da pecuária ovina converteu uma grande extensão de terras a baixos índices de produtividades e muitas vezes, de abandono. As novas atividades que vem sendo exploradas (mineração, petróleo/fracking, represas, expansão de parques) ocorrem em espaços muitas vezes distantes dos olhares e da consciência cidadã. Assim, os movimentos existentes foram traçados em outra perspectiva, voltados a



Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

temática ambiental. Em campo, percebemos que a demanda por trabalho, a existência de uma classe política fortemente aliada aos interesses do grande capital conjunto a desqualificação dos movimentos tem colocado os mesmos em defensiva, com dificuldades de mobilização e especialmente em conquistar avanços mesmo em lugares no qual a reprodução social já demonstra problemas, como a escassez de água potável nos municípios de exploração de petróleo.

Os resultados preliminares apontam que, tanto o Amapá quanto Santa Cruz enquanto espaços periféricos em termos capitalismo mundial tornam-se estratégicos no sentido de serem capturados e transformados em locais produtivos de matérias primas, energia ou mesmo em termos de conservação. A sociedade é praticamente ausente no debate, mantem-se o discurso ideológico de "espaços vazios" mesmo passados um século de inserção desses territórios ao capitalismo global. Reforça a essa tese o papel desempenhado pelo Estado, desde uma esfera política mais local ao nacional de incentivar os grandes projetos econômicos com incentivos fiscais, pressão e deslegitimação dos movimentos sociais de defesa do meio ambiente e da soberania dos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, nossa análise buscou compreender como se estabelecem os movimentos sociais frente aos mega projetos de desenvolvimento. O Amapá, há uma tradição histórica de parte da sociedade que lutou e continua lutando pela manutenção dos povos em relação ao território. De certa, o capitalismo de caráter extrativo teve como cerne a capitalização por meio da espoliação do

trabalho barato daqueles que se estabeleciam na floresta, sendo a terra contralada privadamente. Nesse espaço a presença de um campesinato forjado pelas condições estabelecidas no ambiente estabeleceu laços característicos do espaço amazônico, que é o campesinato extrativista (coletor, caçador, pescador e produtores de gêneros de sobrevivência). Essa forma de existência (não capitalista) são colocadas em xeque perante os interesses hegemônicos do capital que frequentemente atribuem o conceito de espaço vazio.

Em Santa Cruz, desde a conquista da terra, a espoliação ocorre pelo exploração do trabalho, pela privatização do território conjunto a inserção de novos projetos extrativistas, energéticos e de preservação que pouco dialogam com a sociedade, impõe riscos de soberania e ao ambiente. O espaço vazio (privado e sem gente) é uma narrativa importante para a atuação hegemônica desse capital e que tem logrado expandir-se com pouco questionamento.

Esperamos que essa pesquisa se constitua em um produto que possa auxiliar a compreensão dos fatos recentes de apropriação econômica em ambas regiões, possibilite entendimento dos processos de fragilidades e permita maior articulação e/ou mobilização em defesa da terra/território social e ambientalmente mais seguros e independentes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2017.

CHESSNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.



**Seminario Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"
Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2013.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, The Journal of Peasant Studies, 2017.

SILVA, E. B. Cercado e a contrapelo: as expulsões e as relações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). Tese: Doutorado em Geografia pela UFG, 2018.

SVAMPA, M. Las fronteras del neoextractivismo na América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: CALAS, 2019.

Ç